

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO SETE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30.09.2014**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e catorze, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e salão nobre das reuniões, teve lugar a sétima sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- Maria Amélia Pires de Albuquerque; Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Ana Palmira Botelho Figueiredo; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Liliana Matias Soares, Paulo Jorge Dias Pereira e João Manuel Santos Félix. Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os cidadãos presentes que se deslocaram para participarem nesta sessão, a comunicação social, todos os membros da Assembleia e do Executivo presentes. Salientou que mais uma vez irão desempenhar o dever de cidadãos eleitos pelos concidadãos, procurando empenhar-se da melhor forma na resolução dos problemas.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção do público presente, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Prosseguiu informando que os membros Liliana Matias Soares e João Manuel Santos Félix apresentaram justificação de falta à presente sessão, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números quarenta e quatro e quarenta e cinco do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

➤ Apreciação e votação da acta nº 6, da sessão ordinária de 30.06.2014;

➤ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

➤ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação da proposta de fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2014 a liquidar em 2015;

2. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 01.06.2014 a 31.08.2014;

3. Apreciação do Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2014, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.";

4. Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;

5. Discussão e votação da proposta de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais - celebração de três contratos de locação financeira e de um contrato de aluguer operacional;

6. Designação do representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Tarouca - ratificação

7. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 6, DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.06.2014

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número seis da sessão ordinária

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de trinta de junho último, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se de seguida à votação da ata número seis da sessão ordinária de trinta de junho último, a qual foi aprovada por unanimidade.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:
CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal na contextualização da sessão iniciou por informar acerca da correspondência que foi recebida, salientando que a mesma está disponível para ser consultada por qualquer membro:

- Convite para a inauguração da nova Loja Lusitânia - Mediação de Seguros;
- Convite da Associação Recreativa e Cultural de Dalvares "Flor do Sabugueiro" para a mostra de Folclore Internacional;
- Convite da Associação Recreativa e Cultural de Dalvares "Flor do Sabugueiro" para o evento "Saberes e Sabores do Sabugueiro do Vale Varosa"
- Convite do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos para a entrega dos Diplomas e Prémio de Mérito;
- Convite da Santa Casa da Misericórdia para inauguração do novo espaço - o parque sénior ativar;
- Convite para a abertura das Festas de S. Miguel e Desfile do Foral;
- Convite da ANMP para a 1ª Conferência: A Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade.

Salientou de seguida a importância que tem tido o atendimento aos cidadãos que é feito às sextas-feiras, quer para ele próprio, quer para quem ali se dirige.

Informou ainda que foi realizada uma reunião da Comissão Permanente neste período, as quais são sempre um importante fórum de discussão que permite alargar as opiniões, quanto a uma série de iniciativas que vão sendo tomadas entre as sessões da Assembleia.

Prosseguiu a sua intervenção abordando o assunto da creche "O Cantinho Encantado", tendo informado que teve uma reunião com o Senhor Diretor do Centro Regional da Segurança Social de Viseu e com o Senhor Presidente da Câmara para tentarem conseguir a celebração do protocolo de colaboração tão desejado, o que não conseguiram. Informou ainda que pediu ao Centro Regional de Viseu o fornecimento de dados sobre as respostas sociais de creche no Concelho, para possuir informações mais consistentes sobre o assunto, o que foi fornecido de forma rápida e simples. Visitou também as instalações da creche da Santa Casa da Misericórdia, no sentido de perceber o que estava preparado para a receção das crianças depois do encerramento da creche.

Aproveitou para felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela forma como conduziu o processo da creche e pela forma institucional e colaborante que sempre teve para com o Presidente da Assembleia Municipal, mesmo sabendo que, como cidadão, tinha uma visão muito própria daquela questão. Por isso, entende que é nestas alturas que se vê a elevação das pessoas e a capacidade para gerirem situações incômodas.

Prosseguiu informando que participou em diversos eventos que ocorreram no Concelho, promovidos por diversas instituições, destacando um que lhe foi muito caro, a entrega dos diplomas de mérito aos alunos do Agrupamento de Escolas de Tarouca, o qual considera que foi um momento extraordinário, profundamente marcante, na medida em que os estigmas que as instituições têm não correspondem certamente à realidade. Foram distinguidos alunos que marcam a diferença e que servem de incentivo aos outros que nem sempre conseguem tão bons resultados, podendo orgulhar-nos da escola que temos. Salientou o trabalho que tem vindo a ser feito por muitos dos profissionais daquela instituição, que tem dado frutos extraordinários e às vezes até verdadeiros milagres. Salientou o papel que teve como professor o Senhor Padre José Augusto Matias Pereira, presente na sala, na vida de muitos jovens que permitiu a sua inclusão social e um futuro muito melhor, pois de outra forma estariam condenados a uma vida muito mais difícil, felicitando-o por isso. Acrescentou que entende que aquele ato ficaria ainda mais valorizado se mais membros da Assembleia Municipal tivessem estado presentes, tendo aproveitado para solicitar a todos que participem mais nas dinâmicas que são levadas a efeito no Concelho, porque lhes darão mais brilho.

Felicitou o Executivo pela realização das festas de S. Miguel, porque tendo em conta as limitações financeiras do Município, conseguiram inovar e fazer as pessoas felizes, que é o mais importante de tudo. Conseguiram promover o voluntariado das associações, não se lembrando de festas que tivessem tido esta envolvimento. Ressaltou ainda a realização do "Varosa Moments" na Casa do Paço, destinado à população mais jovem e ao qual aderiram em força. Felicitou também o Executivo por terem estado sempre presentes em todos os momentos e por terem conseguido com pouco dinheiro fazer diferente.

Continuou apresentando e explicando ao plenário as linhas gerais do Programa "Tarouca Cidadão", que irá ser desenvolvido no âmbito da Assembleia Municipal com a colaboração da Câmara Municipal, o qual já foi discutido em reunião da Comissão Permanente e tem como objetivo principal a aproximação deste órgão ao cidadão, de uma forma pragmática, ou seja não só de uma forma teórica ou conceptual, mas sim ajudando efetivamente os nossos concidadãos. Com este programa pretende-se claramente abrir

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- as portas do poder local, facilitar a vida aos cidadãos e ouvir as pessoas, o qual engloba as seguintes atividades:
- Programa Abraço Jovem - Através do qual se pretende orientar e acompanhar os jovens do Concelho na sua formação e inserção profissional, apresentando-lhes sugestões e encaminhando-os para as entidades empregadoras que procuram recursos humanos na sua área profissional, ou trazendo até nós os grandes empregadores para contactarem com os nossos jovens, que será apresentado no final de outubro;
 - Balcão do Emigrante Espaço de informação e apoio, que visa ajudar a responder às questões e problemas que se colocam à população imigrante.
 - Balcão da Cidadania - Serviço totalmente gratuito que visa informar munícipes acerca dos recursos existentes no concelho e dos seus direitos e deveres, de forma eficaz e eficiente, e o desenvolvimento de iniciativas para a promoção da Cidadania Ativa e Solidária.
 - Boletim Informativo - Para dar a conhecer as atividades desenvolvidas pela Assembleia Municipal, que será publicado com uma periodicidade semestral, estando a ser preparado o primeiro.
 - Visita às Freguesias, Instituições e Cidadãos - Com o objetivo de permitir um conhecimento alargado das dinâmicas de cada freguesia a todos os eleitos do Concelho e de fomentar uma ação de cidadania ativa e solidária, com o envolvimento de todos os cidadãos, valorizando quem faz bem e dando-lhes visibilidade, às quais gostaria que todos os membros da Assembleia Municipal se associassem. Disse ainda que se prevê que a primeira visita seja efetuada à freguesia de S. João de Tarouca, da qual será dado posterior conhecimento.

Foi tomado conhecimento pelo plenário do Programa "Tarouca Cidadão".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção dizendo que gostaria que fosse realizada anualmente, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discussão do desenvolvimento do Vale do Varosa e para início das jornadas de desenvolvimento do Vale do Varosa, a coorganizar entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, através do pelouro do desenvolvimento económico, que está atribuído ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que também ficou incumbido de desenvolver a Associação de Desenvolvimento do Vale do Varosa.

Salientou, a propósito, o trabalho que tem sido feito com a baga do sabugueiro e a nova estratégia que está a ser desenvolvida para a Régiefrutas.

Disse que gostaria muito que os Chefes de Divisão desta Câmara Municipal assistissem às sessões da Assembleia Municipal, para acompanharem os trabalhos.

Referiu que tem assistido a diversos eventos realizados no Concelho, nos quais nem sempre tem existido a preocupação de respeitar o protocolo, havendo alguma dificuldade em perceber o papel dos autarcas ali presentes, quer sejam presidentes de junta, membros da Assembleia, membros Executivo, da Mesa da Assembleia e do próprio Presidente da Assembleia. Considera que sempre que os eventos sejam presididos pelo Senhor Presidente da Câmara, deverá haver a preocupação de salvaguardar o cumprimento do protocolo municipal, o que não tem sido cumprido por diversas instituições. Sugeriu, por isso, que o Gabinete de Apoio à Presidência em conjunto com o Gabinete de Apoio à Assembleia elaborassem um pequeno guião de protocolo autárquico, para poder ser distribuído pelas diversas instituições do Concelho.

Concluiu dizendo que o relacionamento que tem mantido com o Executivo tem sido extraordinário.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)

Inscreveu-se para intervir a munícipe Assunção Monteiro, residente na cidade de Tarouca.

- **Assunção Monteiro** - Iniciou por se referir ao facto de neste Município existir um dos maiores CLASTs da região, no qual não estão representados os pobres/necessitados, dos quais faz parte, e que gostariam também de ser ouvidos, tendo solicitado que fosse revista esta situação.

Solicitou apoio para manter no Concelho um banco alimentar contra a fome, designadamente para arranjar um espaço e o apoio logístico, para o efeito.

Disse que o facto de terem pensado na alimentação das crianças com fruta foi uma belíssima ideia, contudo sugeriu que copiassem a ideia da Câmara Municipal de Viseu, que para além da fruta, fornece também leite e sandes às crianças.

No que respeita à saúde, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma resposta relativa ao seu pedido de uma paragem de autocarro mais próxima do novo Hospital, uma vez que as que existem estão muito distantes. Perguntou ainda o que se passa com a Unidade Móvel de Saúde e se a marcação de consultas para o Centro de Saúde já pode ser feita nas Juntas de Freguesia.

Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que faça todos os possíveis para que volte a funcionar o Serviço de Urgências em Tarouca, nas instalações que possui, para evitar que as pessoas se tenham de deslocar para Lamego por uma situação que possa aqui ser facilmente resolvida.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quanto às festas de S. Miguel, corroborou as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, contudo sugeriu que se pensasse na forma de trazer mais gente a Tarouca, para que os feirantes pudessem fazer mais negócio.

Lamentou profundamente que a Câmara Municipal não tenha dado o melhor acompanhamento à passagem das crianças da creche "O Cantinho Encantado" para a creche da Santa Casa da Misericórdia.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para quando será o início do Programa do Orçamento Participativo.

Concluiu felicitando quem está a tentar ressuscitar a Associação de Juventude de Tarouca, alertando para que não excluam ninguém.

Terminado o Período de Intervenção do Público (1º momento), passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente às festas de S. Miguel, disse que a primeira coisa que lhe ocorre tem a ver com os gastos, pois todos sabem das dificuldades do período que atravessamos e, por isso, a população não entenderia se o Executivo gastasse o mesmo valor de anos anteriores, daí que deu os parabéns ao Executivo, também por terem optado por dar visibilidade aos artistas locais.

Em relação ao dia da Feira de S. Miguel, louvou a atitude do Executivo por ter fechado o trânsito naquela zona, porque era sempre uma grande confusão e permitiu uma melhor circulação das pessoas.

No que respeita a alguma discussão que aconteceu sobre a não realização da corrida de cavalos, disse que sempre entendeu que era um erro realizá-la em simultâneo com o dia da feira de S. Miguel, pois faz com que a feira termine logo a seguir ao almoço. Por outro lado, entende que não se pode considerar que aquelas corridas sejam uma tradição daquele dia, pois estas apenas tiveram início há dezasseis anos, apesar de não ter nada contra a sua realização. Contudo, salientou que se for decidido continuar a realizar aquela corrida, não tem nada contra isso, desde que sejam criadas as condições necessárias para o efeito e que seja realizada fora do dia da feira de S. Miguel.

Disse ainda que para ele foi muito importante apreciar o voluntariado ativo das associações, angariando fundos para evitarem recorrer ao apoio das autarquias, o que considerou fantástico, tendo sido um prazer vê-las a funcionar.

Quanto ao desfile, disse que teria sido muito melhor se o tempo tivesse permitido, mas isso não há possibilidade de controlar.

Concluiu dando os parabéns pela realização do "Varosa Moments", porque considera que desta forma há uma política para os mais idosos e para os mais jovens.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que efetivamente a munícipe que interveio tem razão quando afirmou que houve feirantes a queixarem-se da perda de receita na feira de S. Miguel, porque realmente a feira tem de ser um divertimento, mas tem também de ser encarada como uma fonte de negócio. Apesar de desconhecer as causas dessa perda de receita, entende que tem de ser feito algo para que isso não aconteça.

Quanto à Corrida de Cavalos, disse que não sabe se é tradição ou não, contudo sabe que os Tarouquenses se habituaram a ter esta atividade nas festas de S. Miguel. Perguntou ao plenário se sabem quantos concelhos à volta têm corrida de cavalos. Explicou que só uns dois ou três Municípios é que têm essas atividades, por isso, tendo em consideração as preocupações que têm vindo a ser manifestadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quanto à projeção do Vale do Varosa para fora do Município, julga que podia ser "agarrada esta tradição" para projetar aquele nome para além fronteiras. Considera que ter uma feira igual a tantas outras não atrai as pessoas, mas se tiver fatores diferenciadores será uma mais-valia, entendendo que a corrida de cavalos pode ser esse fator diferenciador positivo. Não sabe em que moldes ela deverá ser feita, mas sabe que pode ser melhorada, usando até a ajuda da Associação dos Animais. Por isso, entende que se deve continuar a apostar na sua realização.

Concluiu solicitando informação acerca do efetivo custo das festas de S. Miguel do corrente ano, uma vez que se fala tanto na alargada exorbitância dos gastos com as festas em anos anteriores.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Relativamente às Festas de S. Miguel, destacou a variedade da programação que atingiu todos os públicos, com a valorização dos grupos locais. Destacou ainda o desfile com a participação ativa das freguesias e associações, saudando todos os envolvidos. Ressaltou o "Varosa Moments", porque pela primeira vez as festas de S. Miguel tiveram um momento especial para a juventude, num espaço extraordinário, acompanhado por um dos produtos de excelência do concelho, o espumante, tendo sido um momento verdadeiramente especial.

Quanto à corrida de cavalos nas festas de S. Miguel, disse que não sabe como poderiam ser uma mais-valia para o Vale do Varosa, pois parece-lhe que há muitos outros aspetos que constituem a sua identidade. Por outro lado, entende que a

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

pista anteriormente utilizada para o efeito não tinha condições de segurança. De qualquer forma, não vê inconveniente que venha a realizar-se se houver condições de segurança para tal, mas também entende que o dia da Feira de S. Miguel não é o melhor dia para que a mesma se realize.

Destacou ainda a Festa do Senhor do Monte que teve uma participação popular muito grande, tendo dado os parabéns à Junta de Freguesia da União de Freguesias Tarouca e Dálvares, pela sua realização.

Referiu a revitalização da Associação da Juventude de Tarouca, cuja bandeira hasteada o deixou muito emocionado. Deu os parabéns ao Executivo pelo apoio dado à sua revitalização, desejando o maior sucesso a quem assumir os seus destinos. Aproveitou para esclarecer que a mesma nunca foi politizada.

Salientou a inauguração do Mercadinho de Santa Helena, esperando que venha a ser um sucesso.

Deu os parabéns pelo arranjo do Monumento às Mães, não percebendo porque foi deixado ao abandono durante tanto tempo.

Disse que também gostaria de ser informado sobre os custos com as festas de S. Miguel do corrente ano.

Prosseguiu dizendo que concorda com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal no que respeita ao cumprimento do protocolo, pois em alguns eventos a que tem assistido o seu não cumprimento é gritante, o que entende que não pode acontecer, especialmente quando são convidados os Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal.

Explicou que não esteve presente na cerimónia de entrega dos prémios de mérito como membro da Assembleia Municipal, porque não foi convidado, esteve apenas como encarregado de educação. Considera que foi uma cerimónia extraordinária, pelo que subscreve as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, contudo entende que a mesma poderia ainda ser mais dignificada através da apresentação de um trabalho pelos alunos, para tornar a cerimónia mais agradável. Acrescentou que, de facto, nessa cerimónia não foi cumprido o protocolo, porque não usou da palavra o Senhor Presidente do Conselho Geral, que é o órgão mais importante do Agrupamento, para além de se terem notado outras falhas em termos de protocolo.

Concluiu dando os parabéns ao Grupo Municipal do PS pela nova liderança do Partido Socialista, desejando-lhes as maiores felicidades na candidatura a primeiro-ministro.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dizer que também tem notado algumas falhas no cumprimento do protocolo, o que vai ser tomado em linha de conta.

Quanto ao Monumento à Mãe, só foi dado um arranjo ao que já existia, porque estava já deteriorada a canalização e a iluminação.

Em relação ao Mercadinho de Sta. Helena, explicou que o Executivo já fez a sua parte, fazendo votos para que ele venha ao encontro das necessidades dos pequenos agricultores.

No que respeita á Associação de Juventude, disse que também é muito importante para ele a sua dinamização, pois o próprio Município e a Freguesia podem lucrar com a sua revitalização, esperando que seja um sucesso. Acrescentou que não gostava que a mesma fosse politizada, pois senão morrerá ao nascer. Deu os parabéns aos jovens por mais esta iniciativa.

Relativamente às festas de S. Miguel, disse que é suspeito, no entanto entende que correu bem, destacando o papel de todos os que estiveram envolvidos. Destacou o papel dos Senhores Presidentes de Junta pelo grande envolvimento na organização do desfile, tendo dado os parabéns pelo trabalho notório que fizeram.

Disse ainda que foi dada a oportunidade a todos os grupos locais para atuarem nas festas, o que considera que era até uma obrigação do Executivo fazê-lo, os quais entende que estiveram bem e engrandeceram as festas, tendo-lhes dado os parabéns.

Quanto à Corrida de Cavalos, disse que as condições da actual pista não são as adequadas, porque põe em causa a vida das pessoas e dos animais, por isso também já no ano passado não se realizou. Referiu que o projeto da zona ribeirinha prevê a construção de uma pista de cavalos com todas as condições de segurança. Em relação ao dia da sua realização anual, será discutido posteriormente para se encontrar um patamar de entendimento.

Acrescentou que ontem também falou com muitos feirantes, que manifestaram o seu contentamento pelo encerramento do trânsito na feira, bem como pelo facto de não se ter realizada a corrida de cavalos, porque retirava pessoas à feira.

Prosseguiu referindo-se à creche, tendo dito que para ele é um assunto encerrado, tendo garantido que as funcionárias não ficarão sem emprego. Quanto às crianças, disse que todos os dias vai à Creche da Santa Casa da Misericórdia, onde tem contactado com os pais que lhe têm transmitido o seu contentamento com o funcionamento daquele equipamento.

Informou que o Banco Alimentar já existe e que o relacionamento entre as Instituições e o CLAST é muito bom, não havendo situações que não sejam resolvidas.

Quanto à Unidade Móvel de Saúde, disse que está a funcionar, mas que também concorda que não é a forma ideal, o que também o preocupa bastante, assim como a marcação de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

consultas no Centro de Saúde. Contudo, desde fevereiro que não há Diretor Executivo e, por isso, tem sido difícil resolver as situações, mas logo que for possível será resolvido.

Concluiu dizendo que se preocupa muito com os problemas que as pessoas estão a enfrentar, e por isso também se preocupou com o problema da Múncipe Assunção Monteiro, uma vez que é de igual forma um caso social, daí que falou com o Director do Agrupamento de Escolas de Tarouca para tentar resolver a sua situação, tendo-lhe sido informado que já foi convidada para ir trabalhar, o que o deixou satisfeito.

Intervio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, acerca das Festas de S. Miguel, tendo informado que as mesmas tiveram como opção clara dar oportunidade aos grupos locais e aproveitar o seu trabalho, bem como garantir o autofinanciamento das associações de Concelho, de uma forma inovadora e diferenciadora, incluindo todas as faixas etárias. Assim, nasceram os "Sabores do Varosa", o "Varosa Moments" e o desfile antigo, onde a palavra de ordem foi negociar todos os orçamentos apresentados.

Informou ainda que o custo das festas do corrente ano ficou apenas em 28,8% das festas de 2013, que corresponde a cerca de trinta mil euros, o que entende que foi um valor muito bom, considerando o número de dias de festa e o respetivo programa, que em nada ficou a dever às festas do ano anterior. Atribuiu ainda o sucesso das festas à excelente colaboração de todos.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão dos assuntos da ordem do dia.

PONTO 1: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR EM 2015

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e catorze a liquidar em dois mil e quinze, a qual foi aprovada em reunião camarária de onze de setembro corrente, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR EM 2015 (alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09 e n.º 5 do artigo 112.º do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de

deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respectivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,5%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 83-C/2013, de 31 de dezembro).

Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que, regra geral, teve como consequência o aumento do valor patrimonial dos prédios urbanos e da receita arrecadada proveniente do IMI.

Ora, os municípios do interior, como é o caso de Tarouca, devem procurar criar condições para fixar as famílias e empresas, razão de ser da sua existência.

Entendemos por isso e por razões de justiça, equidade e de incentivo, que deve ser mantida a taxa a aplicar aos prédios urbanos, optando neste momento por não efetuar majorações ou minorações e fixando no valor mínimo legalmente previsto a taxa de IMI que incide sobre os prédios urbanos.

Assim:

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que, no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma e no n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2014 a liquidar em 2015: 0,3%.**

Paços do Município, 01.09.2014

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que este Município tem de aumentar a receita, mas o Executivo entende que não devem ser sobrecarregados os munícipes e manter as taxas para o próximo ano.

Intervieram os membros **António Carmo Santos** e **Rui Fernando Guedes Raimundo**, que se congratularam com a proposta apresentada.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e fixar a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e catorze a liquidar em dois mil e quinze: **0,3%.**

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 01.06.2014 A 31.08.2014

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezanove de junho corrente, respeitante à realização de despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 01.06.2014 A 31.08.2014, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, na qual se verifica que o montante total dos encargos assumidos para anos seguintes é o seguinte: 2015 (€ 51.414,00); 2016 (€ 18.518,00), a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número quarenta e seis, do maço de documentos número um do livro de atas número dez, e que a seguir se transcreve:

"Informação sobre as despesas com encargos plurianuais a prestar à Assembleia Municipal - Período de 01.06.2014 a 31.08.2014

Junto em anexo a lista das despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 01.06.2014 a 31.08.2014, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.

Esta informação após aprovação pela Câmara Municipal será remetida à Assembleia Municipal para conhecimento.

Paços do Município, 05.09.2014.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que as despesas que constam da presente informação são aquelas que foram contratadas no mencionado período e que têm encargos no próximo ano.

Intervieram os seguintes membros:

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Perguntou se o valor a pagar à Associação Ribaflores, por um trabalho que devia ser feito pelo técnico do Gabinete Técnico Florestal, em conjunto com o que se recebe para manter aquele Gabinete, se não daria para contratar um técnico a tempo inteiro.

Manifestou novamente o seu descontentamento quanto a este assunto, porque entende que não é assim que se resolvem os problemas, dado que a Associação Ribaflores só executará o trabalho que foi contratualizado, enquanto um técnico a tempo inteiro faria muito mais que isso, daí que não consiga aceitar esta situação.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que infelizmente este Município está proibido de contratar

mais pessoal e, não encontrando competências técnicas nos atuais colaboradores para realizar aqueles trabalhos, tiveram de recorrer a serviços externos, para garantir o cumprimento da legislação.

Disse que desconhece o que prometeram ao último membro interveniente ou lhe disseram os seus companheiros políticos, reforçando que a Câmara Municipal não pode contratar quem quer que seja. Explicou que tem em sua posse pelo menos seis *curriculuns* de pessoas com valências que fazem muita falta ao Município e que gostavam de ver supridas, mas lamentavelmente não é possível contratar ninguém.

Esclareceu ainda que, em relação às opções de contratação de pessoal que foram feitas, não podem ser imputadas quaisquer responsabilidades a este Executivo, pois desde que tomaram posse ainda não tiveram possibilidade de contratar nenhum funcionário para a Autarquia por estarem proibidos. Ressaltou que gostariam que a situação fosse diferente, porque as opções seriam certamente outras, mas estão completamente proibidos de contratar pessoal, o que gostava que ficasse bem claro.

O membro **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** solicitou autorização para intervir no uso do direito da defesa da honra, tendo dito que já é a segunda vez neste plenário que se tenta pessoalizar os assuntos.

Em relação à afirmação do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo de que "não sei o que lhe prometeram ou disseram" informou que está aqui como eleito e representante do Grupo Municipal do PS, não estando a falar em termos pessoais, nem estando em causa quaisquer promessas, tendo aquela afirmação sido quase como uma ofensa. Quanto à afirmação "já aqui entregaram meia dúzia de *curriculuns*" disse que o Senhor Vereador se está a esquecer que as admissões de pessoal têm de seguir as regras da contratação pública, por isso deixa bem claro que repudia em absoluto este tipo de argumentação que foi utilizada pelo Senhor Vereador.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Perguntou ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira porque voltou a insistir no mesmo assunto, se na última sessão da Assembleia já lhe tinham respondido.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que também não percebe porque continua o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira a insistir num assunto que já focou na última sessão da Assembleia Municipal e que ficou bem retratado em ata. Por outro lado, não viu nas palavras do Senhor Vice-Presidente nada de ofensivo, parecendo-lhe que sabe bem como funciona a contratação de pessoal para os organismos públicos, e que quando afirmou que foram apresentados *curriculuns* só pretendia dizer que há falhas técnicas no

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

pessoal e que há pessoas que reúnem condições para desempenhar essas funções, não lhe parecendo que houve qualquer tipo de pessoalização.

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2014, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA"

Presente o Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2014, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.".

O Senhor Presidente da Assembleia salientou o lado positivo do presente ponto, na medida em que permite que a Assembleia Municipal possa aferir da evolução da execução orçamental no primeiro semestre.

Deu de seguida da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que iniciou por dizer que é a primeira vez que o Município tem auditores independentes a avaliar as contas do município e que também é a primeira vez que o município prepara demonstrações financeiras a meio do ano, através das quais se consegue perceber afinal qual é o grau de execução e qual a demonstração de resultados e balanço, tendo salientado o esforço, empenho e capacidade de respostas de todos os serviços da Autarquia á auditoria.

Quanto às principais conclusões do relatório, referiu que são apontados três problemas no que respeita aos bens do domínio público, que se estão a tentar resolver, designadamente os seguintes:

1 - Balanço inicial, porque existe um processo de inventariação dos bens do domínio público, o qual não está completo, mas que também é quase impossível de o fazer, no entanto estão a tentar melhorá-lo, não sabendo quando estará completo;

2 - Ausência de capitalização de custos com pessoal, o que faz com que exista uma subavaliação do imobilizado da Autarquia, pois este Município faz muita obra/investimento com os seus funcionários, cujos gastos devem ser capitalizados ou seja devem ser imputados ao valor do património da autarquia, o que no corrente ano já está a ser feito.

3 - Capitalização de custos com reparações, o que se parou de fazer no atual mandato, porque vinham sendo capitalizados os custos com reparações sem garantir que estas aumentavam o período de vida útil dos bens, e que segundo as normas contabilísticas estava errado, porque essa garantia tinha de existir. As vantagens que advinham dessa capitalização era possibilitar que se encobrissem despesas correntes, transformando-as em despesas de capital, o que efetivamente dava jeito, mas como não pode acontecer, vão ser cumpridas as regras.

Prosseguiu informando que foram apontados os subsídios ao investimento, por não existir listagem que identifique o investimento participado, ou seja o valor do subsídio devia estar ligado ao custo de aquisição do bem, facto que não se verifica. Referiu que está a ser feito esse trabalho, o qual para ficar completo terá de se recuar até 1987, o que não é fácil, no entanto vai tentar chegar-se o mais perto possível desse ano.

Indicam ainda divergências em relação à dívida à ATMAD, a qual está relacionada com os caudais mínimos, tendo explicado que a ATMAD, quando celebrou os contratos de concessão com este Município e com os outros, colocou no seu estudo de viabilidade económico-financeira um valor mínimo de água de consumo e de saneamento a ser tratado. Por isso, queriam obrigar os Municípios a pagarem os valores mínimos mesmo sem nunca terem sido atingidos, como é o caso de Tarcuca. Esta situação não tem sido aceite, encontrando-se em contencioso. Informou ainda que em janeiro deste ano prepararam uma reclamação devidamente fundamentada sobre os caudais que foram faturados durante o exercício de 2013, pois não puderam fazê-lo em relação aos anos anteriores, uma vez que já estavam fechados, e a ATMAD veio dar razão ao Município, tendo enviado uma nota de crédito no valor de €40.000,00. Acrescentou que se tivessem procedido de igual forma nos últimos 11 anos, teria sido devolvido à Autarquia cerca de € 440.000,00.

Continuou dizendo que os auditores apontam também o conceito de curto prazo, de médio e longo prazo, uma vez que os técnicos da Autarquia entendiam que as dívidas se registavam em curto, médio ou longo prazo conforme a contratualização das mesmas, mas nos termos do sistema de normalização contabilística não é assim que se procede, porque prevalece o princípio da substância sob a forma. Foi por isso pedido um parecer à DGAL sobre o assunto, o qual se aguarda.

No relatório é ainda referida a dívida em excesso, cujo total era de € 13.717.285,00 em trinta de Junho último, estando acima do limite autorizado o montante de € 3.685.927,00. Disse que sabe que alguns dos membros presentes podem perguntar porque não recorre o Executivo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo explicado que não o pretendem fazer porque aquele fundo seria pior para o Concelho do que a Troika foi para o País, uma vez que obrigaria que todas as taxas e tarifas passassem para o valor máximo, por isso é uma opção clara do Executivo não recorrer ao referido fundo.

Quanto aos dados financeiros relevantes, informou que conforme podem verificar pela ficha da DGAL entre janeiro e junho do corrente ano se conseguiu baixar a dívida total em 7,68% e o excesso da dívida em 23,49%. Salientou que

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

continuam porém com dívida em excesso, mas que pretendem continuar no caminho da sua diminuição.

Continuou informando que o prazo médio de pagamentos em 2013 era de 179 dias, tendo em 2014 baixado para 172 dias, o que apesar de não ser muito, é importante.

Relativamente ao saneamento financeiro, explicou que em trinta de setembro de 2013, tal como já havia informado antes, o Município estava quase a ser obrigado a aderir ao reequilíbrio financeiro, e a ser obrigado a aumentar para o máximo as taxas e as tarifas. Neste momento, esse risco já passou, tendo no entanto de se continuar com a contenção de despesas.

No que respeita a despesas com pessoal, explicou que Tarouca não constava no anuário financeiro dos municípios portugueses pelas melhores razões, uma vez que, por exemplo, em termos de peso dos gastos com pessoal na receita do município encontra-se em sexto lugar a nível nacional. Mas acredita que não é despedindo que pode ser melhorado esse rácio, mas sim fazendo uma melhor gestão. Continuou explicando que, há um ano o Município tinha 242 funcionários e neste momento tem 250, uma vez que no final do anterior mandato foram contratadas oito pessoas que só vieram a ser contabilizadas já no corrente mandato. Mas mesmo tendo em conta este aumento conseguiram ter uma redução na massa salarial de 2%, porque tem havido um maior controlo das horas extraordinárias.

Concluiu, ressaltando o valor dos pagamentos em atraso que, em setembro de 2013 era de € 1.168.282,00 e que atualmente é de €339.992,00, dizendo que é uma bandeira deste Executivo, conseguir repor as contas públicas apenas com a redução das despesas da Autarquia, não afetando os trabalhadores, nem os munícipes.

Intervieram os seguintes membros:

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Deu os parabéns ao Executivo por todo o trabalho desenvolvido, que não é fácil, desejando-lhes coragem para que assim continuem, para que daqui a três anos o Município possa estar já numa situação financeira consideravelmente melhor.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Iniciou dizendo que a apresentação deste relatório decorre de uma imposição legal. Quanto à página 20 do relatório, no que se refere aos bens do domínio público, a entidade externa diz que a maioria das obras deste Município é executada por administração direta, no entanto os custos capitalizados respeitam apenas aos materiais utilizados, não tendo sido capitalizado o valor da mão-de-obra, o que quer dizer que muitas das contas apresentadas não transmitem os custos reais das obras.

Quanto a dívidas a instituições de crédito, é referido que as mesmas não estão a ser classificadas de acordo com o

respetivo prazo de exigibilidade, considerando que estes arranjos financeiros dão muitas vezes origem a contas diferentes. Acrescentou que infelizmente tem sido prática dos vários governos, conseguir através de manobras contabilísticas, demonstrar apenas o que se quer e ocultar o que não se pretende evidenciar.

Em relação aos custos com pessoal, perguntou ao Senhor Vice-Presidente em que dia foram celebrados os contratos com as oito pessoas contratadas no final do anterior mandato, de acordo com a informação que prestou.

Disse ainda que acha impressionante que se fale tanto da diminuição de encargos, quando no relatório se demonstra que houve um acréscimo de 2% nos custos totais com pessoal, que não foi com pessoas do quadro, nem com o pagamento de horas extra, mas sim com o aumento das despesas com os órgãos autárquicos, de cerca de 70% em relação ao ano anterior, ou seja está a diminuir-se nas pessoas que efetivamente fazem funcionar os serviços, para aumentar na parcela dos órgãos autárquicos.

Quanto aos impostos e taxas, disse que o Senhor Vice-Presidente afirmou que o município não quer aumentar receitas à custa dos munícipes, contudo entre 30 de junho de 2013 e junho de 2014 a receita dos impostos e taxas aumentou 6%.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo em resposta disse que as expressões usadas pelo último membro interveniente, designadamente "arranjos financeiros e manobras contabilistas", ofendem a sua integridade, na forma de estar, no profissionalismo, a ele e a todos os técnicos oficiais de contas presentes, porque são técnicos de valor, reconhecidos por uma ordem e orgulham-se disso.

Relativamente à capitalização de gastos com pessoal na execução de obras por administração direta, explicou que durante a sua apresentação já tinha informado que até 30 de dezembro de 2013 não foram capitalizados aqueles gastos, apenas foram capitalizados os gastos com materiais, o que era um erro contabilístico que está agora a ser corrigido.

Quanto à admissão de pessoal, explicou que foram admitidos oito trabalhadores em dezasseis de setembro de 2013, tendo este Executivo entrado em funções em vinte e um de outubro de 2013.

Explicou ainda que na sua apresentação falou de massa salarial, e não falou em gastos com pessoal e ao nível da massa salarial efetivamente diminuíram, porque não entram aqui o aumento com encargos para a ADSE, ou o custo com equipamentos de proteção individual, cujos registos não eram feitos e que são a favor da segurança dos trabalhadores.

Prosseguiu dizendo que as contas efetivamente não dizem tudo, tendo explicado que em contabilidade pública os órgãos autárquicos são considerados apenas os membros da Câmara

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Municipal, não fazendo parte os membros do Gabinete de Apoio à Presidência, que integram o valor da remuneração base. Ora, no anterior mandato aquele Gabinete era constituído por três pessoas e atualmente é constituído apenas por uma pessoa, o que provocou uma substancial redução na remuneração base do pessoal.

Quanto ao aumento de 6% dos impostos e taxas, explicou que nos primeiros anos de aquisição das habitações as pessoas estão isentas de IMI, mas depois de terminar o período de isenção, todos passam a pagar IMI e é daí que resulta o aumento do valor dos impostos e taxas.

Concluiu agradecendo as palavras do membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente à parte fiscal, explicou que o grande boom da compra de imóveis já terminou, e efetivamente a receita aumentou porque o período de isenção da maioria dos imóveis tem vindo a terminar. Contudo, as avaliações obrigatórias por lei foram também fundamentais para o aumento da receita, mesmo aplicando-se a taxa mínima, nas quais os Municípios não têm intervenção.

O **Senhor Presidente da Assembleia** salientou o aspeto positivo da organização e apresentação das contas, felicitando o Executivo por isso, pois desta forma o órgão sente-se mais respeitado, uma vez que lhe compete acompanhar e fiscalizar a atividade do Executivo, o que cabe não só ao Presidente da Assembleia, mas a todos os membros da Assembleia. Salientou que qualquer dos membros poderá solicitar ao Executivo a informação que pretender sempre que sintam necessidade disso. Salientou que o órgão funciona todos os dias, e não só quando tem sessões, sendo importante que se faça pedagogia junto dos cidadãos para que percebam a importância deste órgão e mudem a sua forma de o olhar.

Foi apreciado e tomado conhecimento do presente relatório.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e quinze minutos, com a presença de todos os membros que estavam no início da reunião, com exceção dos membros Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

Passou-se de imediato à discussão do quarto ponto da ordem do dia:

PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Presente a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2014 aprovada em reunião camarária de 23 de setembro corrente, e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a qual foi remetida com a devida antecedência a todos os membros:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, no valor de €124.000,00 (inscrições = diminuições) e 15ª alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de € 16 000,00 (inscrições = diminuições);

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de: em 2014 o valor das inscrições é igual ao das diminuições (€ 15 000); em 2015 são mais € 134 000,00 e em anos seguintes são mais € 162 000,00.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou as razões que motivaram a presente revisão ao orçamento.

Não tendo sido apresentadas outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou á votação do plenário a presente proposta, tendo sido deliberado aprovar a primeira Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, por maioria de catorze votos a favor e três abstenções dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, António do Carmo Santos e Manuel Leite dos Santos. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E DE UM CONTRATO DE ALUGUER OPERACIONAL

Presente a proposta de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais - celebração de três contratos de locação financeira e de um contrato de aluguer operacional, aprovada em reunião camarária de 23 de setembro corrente, a qual foi remetida com a devida antecedência a todos os membros, a qual a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E DE UM CONTRATO DE ALUGUER OPERACIONAL

PROPOSTA

No ano em curso, tendo em consideração as necessidades de serviço público e as disponibilidades de tesouraria, pretende-se celebrar 3 contratos de locação financeira de 3 viaturas de transporte coletivo de passageiros, destinadas a efetuar os transportes escolares, culturais e desportivos, entre outros.

Por outro lado, o equipamento de projeção de cinema do Auditório Municipal está desatualizado e não pode ser utilizado para filmes digitais, o que, a curto prazo impedirá a manutenção desta atividade, por inexistência de filmes em bobine no mercado.

Assim, pretende-se substituir o equipamento existente por outro, tecnicamente mais adequado, através da celebração de um contrato de "renting" (aluguer operacional) do equipamento de projeção de cinema digital.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O prazo de 5 e 4 anos, respetivamente, para a vigência dos mencionados contratos é o mais adequado à natureza da despesa a realizar.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, para autorizar a assunção dos seguintes compromissos plurianuais:

- Contrato de locação financeira, a celebrar com o Banco " Caixa Económica Montepio Geral", com sede em Lisboa, de uma viatura pesada de passageiros de 56 lugares, marca SCANIA, modelo IRIZAR, matrícula **13-PC87**, no valor de € 65 000,00 e juros à taxa Euribor a um mês, acrescida de um *spread* de 4%, TAEG de 4,3888%, pago em 60 rendas mensais antecipadas variáveis (€ 1 106,23 em 15.07.2014). Aos valores indicados acrescem despesas de expediente mensal de €1,50 e o IVA à taxa legal em vigor. Entrada inicial: € 5 000; valor residual: € 1 300,00.
- Contrato de locação financeira, a celebrar com a Caixa Leasing e Factoring - Instituição de Crédito, SA, com sede em Lisboa, de uma viatura pesada de passageiros de 56 lugares, marca SCANIA, modelo IRIZAR, matrícula **13-PC83**, no valor de € 66 500,00 e juros à taxa Euribor a 90 dias acrescida de um *spread* de 3,75%, TAEG de 3,958%, pago em 60 rendas mensais antecipadas (€ 1 199,40 em 13.08.2014). Aos valores indicados acresce uma comissão de gestão mensal no valor de € 2,00 e o IVA à taxa legal em vigor.
- Contrato de locação financeira de uma viatura pesada de passageiros de 58 lugares, com o Banco Caixa Económica Montepio Geral, marca IRISBUS, modelo AXER, matrícula **13-PC85**, no valor de € 35 000,00, acrescido de juros à taxa Euribor, a 30 ou 90 dias e de um *spread* até 4%, em 60 rendas mensais antecipadas. Aos valores mencionados acresce uma comissão de gestão mensal e o IVA à taxa de 23%;
- Contrato de aluguer operacional de um sistema de projeção D-Cinema, 2K-3KW, no valor de € 53.385,00, em 48 rendas mensais de igual valor. Aos valores indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O início de vigência dos contratos está previsto para outubro de 2014.

Paços do Município, 15 de setembro de 2014

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** iniciou por explicar que o Município adquiriu três viaturas pesadas de passageiros, duas delas o Município adquiriu-as diretamente, já as pagou, propondo-se agora vendê-las a entidades bancárias, através do sistema *leaseback*, para, em seguida, efetuar o *leasing* das mesmas a fim de serem pagas por prestações mensais, para que o Município tenha menos custos em termos de tesouraria. A terceira viatura foi adquirida por um fornecedor nacional, a qual também vai ser adquirida pelo Município por sistema de *leasing*.

Explicou ainda que o custo mensal aproximado do *leasing* ronda os dois mil e novecentos e cinco euros, que era quase o custo da consultadoria de transportes escolares que o Município vinha a suportar e que cessou em junho do corrente ano.

Informou ainda que há necessidade de adquirir uma nova máquina de projeção de cinema, porque infelizmente a partir do dia trinta de setembro deixam de ser produzidos filmes para a máquina existente no Auditório Municipal e, por isso, deixaria de ser possível exibir cinema. Assim, e sendo esta uma atividade de serviço público do Município propõe-se a aquisição desta máquina que, pela sua qualidade, pode atrair pessoas dos concelhos vizinhos, que ainda não têm este tipo de equipamento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Perguntou se a compra das viaturas em causa levarão a mais encargos com combustível e se o custo com a máquina do cinema terá possibilidades de ser recuperado pela Câmara Municipal.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que, quanto à máquina do cinema, é justificável a sua aquisição e por isso nada tem a opor.

Quanto à aquisição das viaturas, e uma vez que se destinam a transportes escolares, disse que o Decreto-Lei n° 299/84, de 05.09, estipula que o plano de transportes escolares é calendarizado em várias fases, estando sujeito a diversos procedimentos, dos quais nunca teve conhecimento. Perguntou, por isso, quando foi aprovado o plano de transportes escolares pela Câmara Municipal, assim como todos os restantes procedimentos a que o mesmo está sujeito, nomeadamente no que respeita à decisão do Conselho Consultivo de Transportes Escolares. Considera que há toda uma parte processual que não foi cumprida.

Salientou ainda que nos termos do artigo 6° daquele diploma lhe parece que os Municípios só poderão assumir a execução dos transportes escolares por razões excecionais. Por tudo

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

isto, não vê substrato legal para ser aprovada esta aquisição dos veículos destinados à execução dos transportes escolares.

Lembrou que já por duas vezes o seu grupo municipal apresentou propostas nesta Assembleia, que foram rejeitadas com o argumento de que não tinham conhecimento das mesmas, e agora estão a pedir-lhes a aprovação de um assunto, do qual não têm conhecimento de nenhum estudo económico ou análise financeira que aponte vantagens ou a necessidade para recorrer para a aquisição daquelas viaturas para a execução dos transportes escolares. Por outro lado não conhece as propostas de prestadores de serviços deste serviço, para que possa comparar valores, entre outros documentos, pois apenas lhes foi apresentada a presente proposta.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Relativamente à máquina de projeção de filmes, disse que não há nada a discutir, lamentando apenas que seja já necessário substituí-la, quando foi comprada há relativamente pouco tempo.

Disse ainda que não há nenhuma lei que proíba o Município de assegurar os transportes escolares. Quanto aos procedimentos que o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira referiu, explicou que não é possível cumprir todas as formalidades no prazo previsto na lei, pois só se conhece o número de crianças a transportar e o horário de funcionamento nos finais de agosto, por isso, o Conselho Geral delega poderes no respetivo Diretor e este acerta todos os pormenores com a Câmara Municipal.

No que respeita aos gastos com as viaturas, disse que pela informação dada pelo Senhor Vice-presidente a Câmara Municipal não irá pagar mais do que pagava com o contrato de avença para consultadoria dos transportes escolares, para além de ter a vantagem de ao fim de cinco anos os autocarros passarem a ser propriedade do Município. Por outro lado servirão também para outras iniciativas.

Intervenção de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, tendo dito que felizmente vai haver poupança no custo dos filmes, porque em DVD são mais baratos, para além de que uma semana após a estreia já poderão estar aqui em exibição.

Relativamente às despesas com as viaturas, disse que só avançaram com a aquisição das viaturas depois de refletirem bastante e de fazerem o estudo de viabilidade económico-financeira, o qual garante um retorno do investimento ao fim de dezoito meses, inclusive na questão dos transportes escolares.

Prosseguiu explicando que pagam à empresa que executa os transportes escolares cerca de €305.000,00 por ano, enquanto as viaturas terão um custo total anual de cerca de € 180.000,00, de que resulta uma diferença de € 125.000,00, não estando incluídas as despesas que têm feito com o

aluguer de viaturas para apoiarem as associações do Concelho ao fim de semana.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que há quatro anos se formalizou um contrato de consultadoria com uma empresa que fez um estudo relativo aos transportes escolares, tendo sido adaptado o circuito escolar à carreira pública, o que dispensa o uso de cadeirinhas para as crianças e de tarefeiras e permite a circulação de autocarros com mais de dezoito anos de idade, situação que considera bastante preocupante, para além da questão financeira. Salientou que a empresa nunca colocou qualquer vigilante nos transportes, teve de ser sempre a Câmara Municipal a assegurar as tarefeiras para o efeito.

Informou ainda que tudo o que se tem feito tem sido dentro da legalidade, e que teve o cuidado de reunir com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, para discutir este assunto.

Salientou que para além da sua grande preocupação com os alunos, também se preocupa com a diminuição da despesa do Município, por isso a decisão de adquirir os autocarros foi igualmente para beneficiar a Autarquia, pois ficará a pagar-se mensalmente pelo aluguer das viaturas o valor que era pago pelo contrato de avença relativo à consultadoria de transportes, do que resulta uma elevada poupança.

Agradeceu as palavras do membro António Carmo Santos em relação ao IMI, informando que não querem mexer nos bolsos dos munícipes.

Concluiu dizendo que lhe parece que cumpriram tudo o que lhes era exigido.

- **António Carmo Santos** - Disse que concorda com os Senhores Presidente da Câmara e Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo sobre as razões para a aquisição dos veículos, porque no tempo que corre o que importa é poupar. Perguntou porque foram feitos três contratos com instituições bancárias diferentes.

- **Dina Maria de Almeida Tomé** - Referiu que há milhares de crianças em Portugal que chegam à escola em transportes públicos, porque a legislação o permite, deixando que façam todo o percurso sem cinto, cadeiras, em pé e sem acompanhante. Por tudo isto, só tem de dar os parabéns ao Executivo por esta decisão, não só pelo aspeto económico, que também é importante, mas sobretudo pela segurança das crianças. Para além de que esta aquisição dos autocarros permitirão fazer mais e melhores visitas de estudo, com menores custos para os pais, o que também será importante para as crianças.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que para além da questão da segurança das crianças, não se pode deixar esquecer como foi o percurso dos transportes públicos ao longo do tempo, que vieram a perder clientes e por isso, sem

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

transportes escolares, os autocarros viajarão sem ninguém. Lembrou ainda que o custo dos transportes escolares para o Município num ano tinha um custo de cerca de novecentos mil euros e no ano seguinte, com o aparecimento da tal empresa de consultadoria liderada por uma pessoa que pertencia anteriormente à empresa que fazia os transportes, conseguiu-se baixar para cerca de metade aqueles custos, nunca tendo conseguido perceber como é que isto foi possível.

Ressaltou o facto de o Município ter feito contas e de estar aqui a defender os seus interesses próprios e não os interesses de empresas, tendo todo o seu apoio.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Realçou o fator económico referido pelo Senhor Vice-Presidente, o fator humano destacado pelo Senhor Presidente e a questão da segurança focada pelo membro Dina Maria de Almeida Tomé, o que achou extraordinário.

Apelou ainda para que os cidadãos que habitam em zonas mais distantes do centro possam usar os transportes para se deslocarem ao Centro de Saúde.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que, como é óbvio, como pai está preocupado com a questão da segurança das crianças, pois sabe que as condições de mercado nem sempre são as melhores, mas tudo isso pode ser elencado e cumprido quando for adjudicado o serviço externo.

Lembrou que no início desta sessão se falou do cumprimento do protocolo de Estado, em defesa dos interesses do Município, que era o mesmo que ele também estava a fazer quando se referiu ao cumprimento do Decreto-lei número duzentos e noventa e nove/oitenta e quatro, que é muito claro, e que articula toda a questão dos transportes escolares, pedindo que lhe demonstrem com documentação se o mesmo foi cumprido.

Acrescentou que a Lei prevê que no início do ano seja feita uma estimativa e depois seja feito um reajustamento, mas nada disso foi cumprido. Por isso, perguntou como é possível estarmos preocupados as questões formais do cumprimento do protocolo, quando não cumprimos a lei.

Referiu que o Senhor Vice-Presidente falou agora dos números, contudo cumpre à Assembleia Municipal fiscalizar a ação do Executivo, por isso devia ter enviado o estudo feito a todos os membros para apreciação, pelo que não pode votar favoravelmente, quando não conhece os números que estão por detrás da decisão tomada.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo em resposta ao membro António do Carmo Santos informou que os contratos não foram todos celebrados com a mesma entidade bancária porque uma só não fazia o contrato para os três veículos

O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse que já ouviu em reunião da Câmara Municipal exatamente as mesmas palavras

que foram proferidas pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira. Garantiu que estão a cumprir a lei, informando que enquanto Presidente da Junta já fez transportes escolares e também cumpriu a lei, nunca tendo tido problemas. Deu ainda o exemplo do Município de Lamego que está a fazer os transportes escolares quase todos em colaboração com as Juntas de Freguesia, o que está a acontecer também em muitos outros municípios.

Disse ainda que também compreende que a empresa vai perder um negócio, pois a Câmara Municipal ainda está a pagar um complemento para transportarem as pessoas das freguesias, por isso se forem transportadas gratuitamente o Município ainda ficará a ganhar.

Salientou que a lei vai ser respeitada, e que estão aqui para defender os interesses do Município e das crianças, pois estão a pagar muito dinheiro para serem bem transportadas e isso não tem acontecido, o que lamenta.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Assembleia tendo dito ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira que fez uma analogia de menos bom gosto ao aludir ao cumprimento do protocolo referido pelo Presidente da Assembleia e o cumprimento da lei, porque são coisas absolutamente distintas. Salientou que esta Assembleia Municipal sempre pugnará pela defesa da Lei e os membros têm todos os meios ao dispor para verificar se o Executivo cumpriu a lei no processo em questão e em qualquer outra situação.

O membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira solicitou autorização para intervir no uso do direito de defesa da honra, o que não foi autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia, por entender que não foi ofendida a honra daquele membro.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário a presente proposta, tendo sido deliberado por maioria de dezasseis votos a favor e duas abstenções dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo autorizar a assunção dos seguintes compromissos plurianuais:

- Contrato de locação financeira, a celebrar com o Banco " Caixa Económica Montepio Geral", com sede em Lisboa, de uma viatura pesada de passageiros de 56 lugares, marca SCANIA, modelo IRIZAR, matrícula **13-PC87**, no valor de € 65 000,00 e juros à taxa Euribor a um mês, acrescida de um spread de 4%, TAEG de 4,3888%, pago em 60 rendas mensais antecipadas variáveis (€ 1 106,23 em 15.07.2014). Aos valores indicados acrescem despesas de expediente mensal de €1,50 e o IVA à taxa legal em vigor. Entrada inicial: € 5 000; valor residual: € 1 300,00.
- Contrato de locação financeira, a celebrar com a Caixa Leasing e Factoring - Instituição de Crédito, SA, com

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

sede em Lisboa, de uma viatura pesada de passageiros de 56 lugares, marca SCANIA, modelo IRIZAR, matrícula 13-PC83, no valor de € 66 500,00 e juros à taxa Euribor a 90 dias acrescida de um spread de 3,75%, TAEG de 3,958%, pago em 60 rendas mensais antecipadas (€ 1 199,40 em 13.08.2014). Aos valores indicados acresce uma comissão de gestão mensal no valor de € 2,00 e o IVA à taxa legal em vigor.

- Contrato de locação financeira de uma viatura pesada de passageiros de 58 lugares, com o Banco Caixa Económica Montepio Geral, marca IRISBUS, modelo AXER, matrícula 13-PC85, no valor de € 35 000,00, acrescido de juros à taxa Euribor, a 30 ou 90 dias e de um spread até 4%, em 60 rendas mensais antecipadas. Aos valores mencionados acresce uma comissão de gestão mensal e o IVA à taxa de 23%;
- Contrato de aluguer operacional de um sistema de projeção D-Cinema, 2K-3KW, no valor de € 53.385,00, em 48 rendas mensais de igual valor. Aos valores indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O início de vigência dos contratos está previsto para outubro de 2014.

Os membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo ditaram a seguinte declaração de voto:

"A nossa abstenção é legitimada pelo facto do incumprimento do disposto no Decreto-Lei n° 299/84, de 05.09 e pelo facto desta Assembleia Municipal não ter tido acesso prévio a nenhum relatório ou estudo económico-financeiro que nos permita consubstanciar qualquer que seja o nosso sentido de voto."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada na Mesa um requerimento subscrito pelos membros António Carmo Santos e Manuel Leite do Santos, no qual solicitam a retificação do seu sentido de voto relativamente ao ponto quatro da ordem do dia, uma vez que pretendiam mudar para voto favorável.

Informou ainda que uma vez que não será possível retroceder na votação já efetuada, ficará registado o pedido, mas não terá provimento.

PONTO 6. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TAROUCA - RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, por ofício n° 1674543, de 21.08.2014, solicitou que no prazo de dez dias fosse designado um representante do órgão para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, pelo

que dada a urgência da decisão foi indicado o seu próprio nome, o que submete à ratificação do órgão.

Colocou à discussão do plenário se a ratificação deverá ser feita por escrutínio secreto ou por braço no ar.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Informou que compreendeu a urgência do pedido, contudo entende que a comissão permanente deveria ser consultada com antecedência sobre o assunto. Quanto à ratificação julga que deveria ser efetuada por escrutínio secreto.

- **Rufino Marcelo Queirós** - Referiu que gostaria de colaborar mais em tudo o que fosse necessário e por isso solicitou que não fossem ignorados, por razões políticas, uma vez que estão em minoria.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Relativamente à questão da urgência da designação foi sobejamente explicada e entendida por todos.

Quanto à questão levantada pelo membro Rufino Marcelo Queirós, lembrou-o que o membro António do Carmo Santos foi escolhido para representar o órgão na CIMDouro, o que demonstra que não são ignorados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta a opinião manifestada pelo membro António do Carmo Santos, decidiu que se iria proceder à votação da ratificação por escrutínio secreto.

Foi obtida a seguinte votação: quinze votos a favor, dois votos brancos e um voto contra.

Foi assim deliberado por maioria ratificar a designação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES (ALÍNEAS B) E C) DO N° 2 ART. 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12.09)

Nesta altura da reunião, chegou o membro Maria Amélia Pires Albuquerque.

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número quarenta e sete, do maço de documentos número um do livro de atas número dez



30.09.2014

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou por informar que está em curso a execução do parque ribeirinho, no qual vai ser incluída uma pista de cavalos, que irá ao encontro do que os cavaleiros pretendem, cujo projeto está já a ser adjudicado para posterior candidatura.

Informou que, quanto às rotundas no Castanheiro do Ouro, disse que já obtiveram o parecer favorável da Direção de Estradas de Viseu, faltando apenas o parecer do Instituto de Estradas de Portugal.

Quanto à revisão do PDM, disse que já está agendada uma reunião com as diversas entidades em outubro, o que vai ser importante, estando por isso bem encaminhado o assunto.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Relativamente às festas de S. Miguel, aproveitou para dirigir um agradecimento às pessoas que estiveram envolvidas na preparação dos carros que representaram a sua freguesia no desfile, as quais foram incansáveis.

Fez ainda um agradecimento especial a todas as pessoas que estiveram a apoiar a passagem do desfile, apesar da chuva. Sugeriu ao Executivo que disponibilize alguém para ajudar a revitalizar as associações ou grupos de jovens das aldeias do Concelho, porque facilitaria o trabalho dos Presidentes de Junta na realização de eventos daquele género.

Aproveitou para esclarecer que existe a tradição da realização da corrida de cavalos em Granja Nova, na Feira de Santo António, o que a atual Junta de Freguesia pretende revitalizar juntamente com a Feira do Gado, esperando contar com o apoio da Autarquia para esta sua pretensão.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Explicou que, a propósito da participação dos presidentes de Junta na organização do desfile, disse que a única exceção foi ele próprio, que por falta de tempo, não lhe foi possível contribuir com o seu trabalho, tendo sido o Senhor Vice-Presidente a realizar todo o trabalho, por isso é justo dar-lhe esse reconhecimento.

Referiu que há dias os Presidentes de Junta tiveram uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara na qual foi feito um balanço do ano, dando-lhe os parabéns pela estreita colaboração que tem mantido com as Juntas. Salientou a propósito as seguintes obras:

- Pontos de água em Santa Helena e S. João da Boavista, que estão operacionais;
- Muros de proteção no Outeiro da Forca e Mataduço;
- Estrada do Candaíno que já teve início e que é um orgulho porque era uma obra que constava dos Planos de Atividades de há muitos anos, e que só agora teve início, o que agradece ao Executivo.

Quanto à rotunda do Castanheiro do Ouro, disse que é o local de tarouca onde mais se justifica a execução de uma rotunda.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que nada o deixaria mais satisfeito do que relançar as tradições referidas pelo membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, porque podem projetar a marca e o nome Vale do Varosa. Sendo assim, julga que devia ser equacionada a construção da pista de cavalos na Zona Ribeirinha, tendo em conta a ideia da revitalização da corrida de cavalos em Granja Nova.

Quanto ao encerramento da creche, disse que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que iria arranjar solução para as pessoas que ali trabalhavam, o que o deixou bastante satisfeito. Perguntou o que se pretende fazer com aquele património, o qual foi financiado pelos fundos comunitários e que, pelo menos, durante cinco anos não poderia ser alterado o seu destino. Perguntou ainda quem tomou a decisão de encerrar a creche, se foi o Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal, uma vez que entende que haveria uma série de formalidades a cumprir.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Explicou que o Decreto-Lei 299/84, referido pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira no anterior ponto, já foi objeto de duas alterações e, por isso, grande parte da terminologia que utilizou já não existe, como é o caso do Conselho Consultivo de Transportes Escolares, tendo passado o assunto dos transportes escolares a ser tratado pelo Conselho Municipal de Educação, isto só para que não se fique com a ideia de que tudo foi feito fora da lei, uma vez que já foi objeto de inúmeras alterações.

Quanto à questão da creche, disse que as perguntas que o mesmo membro fez são escusadas, uma vez que deve ter conhecimento que existe uma providência cautelar e, só após a decisão judicial da mesma, o encerramento terá efeito.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que admira a paciência do Senhor Presidente da Câmara para aguentar tantas reuniões e a sua capacidade de trabalho.

Saudou o Executivo pelo programa levado a efeito para as crianças durante o período de férias escolares.

Salientou o elevado número de obras executadas por administração direta, porque são as que satisfazem as pessoas.

Concluiu agradecendo todo o apoio que tem sido dado pela Câmara Municipal à Comissão da Igreja de S. Pedro de Tarouca no âmbito da 3ª fase da construção do Centro Paroquial.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, explicou que uma vez que foi apresentada uma providência cautelar relativa ao



30.09.2014

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

encerramento da creche, não podem ainda dar continuidade às ideias que têm para o edifício, no qual está previsto o funcionamento de um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) para pessoas com deficiência e incapacidades, considerando o elevado número de necessidades no nosso Concelho, e que constituem para ele uma grande preocupação.

Quanto às pessoas que trabalhavam na Creche, informou que cinco delas já estão empregadas.

Acrescentou que não há nenhum documento oficial na Câmara Municipal que diga que a Creche "O Cantinho Encantado" iniciou o seu funcionamento, pelo que consequentemente não a podia ter mandado encerrar. Por outro lado, o Município não tinha condições financeiras para manter a creche em funcionamento, pelo que estava a fazer um esforço financeiro muito grande, ao qual já não era possível dar continuidade.

Quanto à corrida de cavalos, explicou que a revitalização da corrida em Granja Nova, não tem nada a ver com a execução da pista para cavalos na zona ribeirinha, porque esta engloba muito mais do que uma corrida de cavalos anual.

Relativamente à revitalização das associações do Concelho, explicou que esse é um dos grandes objetivos do Executivo, para que sejam elas as promotoras de diversas atividades para todas as classes etárias.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo explicou que as obras que referiu foram um custo para o Município, mas preferem prevenir os problemas, e exemplo disso é a execução dos pontos de água, nos quais foi colocada tela, que ficou bastante dispendiosa ao Município.

Quanto ao caminho do Candaíinho, disse que a sua execução já consta há cerca de vinte anos dos planos de atividades do Município, sem nunca ter sido executado, por isso decidiram falar com os proprietários dos terrenos, que foram muito atenciosos, e avançar com o caminho, porque é necessário para as pessoas.

Concluiu agradecendo a todos as palavras dirigidas ao Executivo.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Referindo-se ao fogo-de-artifício lançado durante as festas de S. Miguel, disse que é muito estrondoso para a hora em que é lançado, porque há muitas crianças já a dormir e pessoas a precisarem de descansar, pelo que julga que devia ser repensado o local do seu lançamento, bem como o nível de som.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que nunca foi sua intenção atingi-lo com as suas palavras, nem à Mesa da Assembleia, porque o que quis dizer foi que, no início desta sessão, até se chegou a falar do protocolo para cumprir o estipulado legalmente pelas diversas instituições e depois

em relação às deliberações e tomadas de grandes decisões pela Câmara Municipal nem sempre se segue o procedimento formal mais correto e que cumpra os normativos legais em vigor. Disse ainda que apenas pretendeu fazer uma comparação, pedindo desculpa se por acaso se explicou indevidamente.

- **Antônio Luís Carrapa Sarmiento** - Dirigindo-se ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira disse que tem de uma vez por todas explicar o que realmente quer dizer, quando diz que não são cumpridos os formalismos legais, pois uma coisa é não concordar com uma determinada decisão da Câmara Municipal, e disso tem todo o direito, outra coisa é acusar do não cumprimento dos formalismos legais, pois neste caso tem de concretizar, admirando até o Executivo Municipal por não o obrigar a fazê-lo em face das suas acusações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio tendo agradecido as palavras do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira.

Informou que tem interpretado o Regimento como linha de orientação, mas não rígida, com alguma liberdade, parecendo-lhe que não tem prejudicado qualquer membro. Contudo, solicitou que lhe transmitam se entenderem que este modelo não é o mais correto.

Esclareceu que ao indicar o Presidente da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, não indicou o nome do membro Domingos Manuel Pinto Nascimento, mas sim o Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta a urgência da situação e a importância do assunto em concreto. Salientou que, na sua opinião, o Presidente da Assembleia Municipal integrando aquela Comissão permitirá uma absoluta garantia da equidade, uma vez que se está a falar de um documento estruturante para o Concelho. Ressaltou ainda que comunicará todas as informações sobre o assunto aos líderes dos Grupos Municipais.

Perguntou ao Executivo se os Senhores Vereadores da oposição justificaram as suas faltas a esta reunião, ao que o Senhor Presidente da Câmara informou que não.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção dizendo que este é o órgão mais representativo do Município, e que julga que os Senhores Vereadores deveriam fazer o possível para estarem presentes nas sessões, solicitando que o Senhor Presidente da Câmara lhes transmita essa sua observação.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

Terminada a discussão da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início de seguida ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - 2º MOMENTO

Inscreveram-se para intervir os seguintes cidadãos:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **Diana Raimundo** - Em representação da Associação dos Amigos dos Animais de Tarouca, iniciou por agradecer e dar os parabéns ao Executivo, por ter conseguido, ao fim de treze anos, o licenciamento do canil municipal.

Referiu que propôs a criação do canil municipal, em conjunto com outra cidadã, tinha apenas 12 anos de idade, tendo lutado sempre com afinco pela sua existência com instalações condignas para os animais. Em 2001 foram criadas as instalações, dispondo agora de todas as condições, designadamente uma enfermeira-veterinária qualificada e de mais dois funcionários da autarquia, pelo que agradeceu em seu nome pessoal e no da Associação que representa.

Agradeceu ainda a celebração do Dia do Animal, que terá lugar no próximo dia quatro de outubro, uma vez que é a primeira vez que o Executivo irá celebrar este dia, o qual permitirá potenciar a sensibilização das pessoas para os animais e possíveis adoções dos animais do canil.

Disse ainda ao membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, que a Associação que representa se disponibiliza para ajudar na organização da corrida de cavalos de Granja Nova, e a serem respeitados os direitos dos animais.

- **Assunção Monteiro** - Esclareceu que, quando referiu na sua primeira intervenção que os comerciantes se queixaram das poucas vendas no S. Miguel, foi efetivamente porque falou com eles e os ouviu.

Quando falou da creche, a sua grande preocupação foram as crianças, pois sabe que nas duas instituições havia bons profissionais e boas instalações.

Agradeceu publicamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Rui Fernando Guedes Raimundo, a ajuda que lhe deu na resolução do problema de um tarouquense, com uma situação muito complexa.

Disse que, se fosse política, há momentos, quando o Senhor Presidente da Câmara falou da sua situação pessoal tinha pedido a palavra para a defesa da sua honra, mas como é uma mera cidadã, gostaria de deixar claro que foram ditas inverdades, para além de ter sido num momento inapropriado.

Disse que era já sua intenção neste segundo momento falar do seu problema pessoal, porque envolve instituições.

Leu de seguida uma declaração na qual refere que o Estado deixou de cumprir para com ela, e por isso ela também deixou de cumprir para com o Estado Português, designadamente o Ministério da Educação que não lhe deu condições de trabalho e a despediu e o Ministério da Administração Interna que não assegurou a sua proteção.

Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a autorize a ir a uma reunião da Comissão Permanente, a fim de expor a sua situação.

Concluiu dizendo que necessita do valor de cinquenta euros, para apresentar uma queixa da Segurança Social, e dado que

já não recebe vencimento há 3 ou 4 anos e que não pagará nenhum valor ao Estado enquanto não for revisto o seu direito ao lugar de trabalho, solicitou a contribuição monetária dos presentes.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir à Munícipe Diana Raimundo, tendo explicado que quando tomaram posse verificaram que o canil não estava licenciado e porque entendem que os animais também merecem o melhor, trataram de criar as condições e iniciar o processo de licenciamento, o que já conseguiram. Deu os parabéns à Associação dos Animais, por todo o empenho manifestado.

Concluiu felicitando o Senhor Vice-Presidente pela forma como se empenhou na organização das festas de S. Miguel.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

